



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 134/135

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Nelson Garcia*  
*PMDB ..... José Maria Ferreira*  
*PT ..... Ângelo Vanhoni*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PPS ..... Waldir Leite*  
*Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto*  
*Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O S

### ***DIÁRIO Nº 134***

#### ***111ª SESSÃO ORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

|                                    |           |
|------------------------------------|-----------|
| <b>Mesa Executiva .....</b>        | <b>03</b> |
| <b>Presenças .....</b>             | <b>03</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b>    | <b>03</b> |
| <b>Expediente:</b>                 |           |
| Requerimentos .....                | 04        |
| <b>Ordem do Dia:</b>               |           |
| Leitura do Expediente .....        | 07        |
| Discussão/Votação                  |           |
| Redação Final.....                 | 07        |
| 3ª Discussão .....                 | 07        |
| 2ª Discussão .....                 | 08        |
| 1ª Discussão .....                 | 08        |
| Requerimentos .....                | 13        |
| <b>Encerramento da Sessão.....</b> | <b>13</b> |
| <b>Publicações:</b>                |           |
| Comissão Executiva                 |           |
| Atos .....                         | 13        |
| Diretoria Geral                    |           |
| Portarias .....                    | 13        |
| Atas de Comissão                   |           |
| Especial de Investigação           |           |
| Fazendas .....                     | 14        |

### ***DIÁRIO Nº 135***

#### ***112ª SESSÃO ORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| <b>Mesa Executiva.....</b>          | <b>20</b> |
| <b>Presenças.....</b>               | <b>20</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b>     | <b>20</b> |
| <b>Expediente:</b>                  |           |
| Requerimento .....                  | 20        |
| <b>Ordem do Dia:</b>                |           |
| Discussão/Votação                   |           |
| 2ª Discussão .....                  | 21        |
| 1ª Discussão .....                  | 21        |
| Discussão Única (Proposições)..     | 26        |
| <b>Encerramento da Sessão .....</b> | <b>27</b> |
| <b>Publicações</b>                  |           |
| Atas de Comissões                   |           |
| CPI dos Grampos Telefônicos ...     | 27        |
| Obras Públ., Transp. e Comun. ...   | 28        |
| Tomada de Contas .....              | 29        |

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 134**

### **111ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

|                                 |           |
|---------------------------------|-----------|
| <b>Mesa Executiva.....</b>      | <b>03</b> |
| <b>Presenças.....</b>           | <b>03</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b> | <b>03</b> |
| <b>Expediente:</b>              |           |
| Requerimentos .....             | 04        |
| <b>Ordem do Dia:</b>            |           |
| Leitura do Expediente .....     | 07        |
| Discussão/Votação               |           |
| Redação Final .....             | 07        |

|                    |    |
|--------------------|----|
| 3ª Discussão ..... | 07 |
| 2ª Discussão ..... | 08 |
| 1ª Discussão ..... | 08 |
| Requerimentos..... | 13 |

#### **Encerramento da Sessão ..... 13**

#### **Publicações:**

|                          |    |
|--------------------------|----|
| Comissão Executiva       |    |
| Atos .....               | 13 |
| Diretoria Geral          |    |
| Portarias.....           | 13 |
| Atas de Comissão         |    |
| Especial de Investigação |    |
| Fazendas .....           | 14 |

### **DIÁRIO Nº 134**

### **111ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2006**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre

Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (29).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Waldir Leite (22).

Em viagem representativa os Srs. Deputados: Hermes Fonseca e Vanderlei Iensen (02).

Em licença médica o Sr. Deputados: Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2611**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 30 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**REQUERIMENTO Nº 2612**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**REQUERIMENTO Nº 2610**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do maratonista paranaense Sr. Raimundo Rodrigues Sobrinho, de Apucarana, que foi vítima de enfarto fulminante, durante a prova da Maratona de Curitiba, domingo p.p., quando representava a Equipe Pé Vermelho, de nossa cidade, após ter vencido no mês e agosto, a Corrida do Soldado, e participando da Meia Maratona do Rio de Janeiro. Ele deixa três filhos.

Esta Casa lamenta profundamente o passamento do Sr. Raimundo Rodrigues Sobrinho, e une-se a comunidade apucaranaense, nas manifestações de solidariedade e encaminha à família enlutada, os sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**REQUERIMENTO Nº 2614**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Antonio Winkert de Souza. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2615**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Paulo César Vieira Tavares.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2616**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Leonir Batisti. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2617**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Helio Oliveira Cardoso. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2618**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Clóvis Busch Pereira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Dra. Solange Novaes da Silva Vicentin. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo a Sra. Dra. Luciane Maria Duda.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sra. Dra. Gilde-lena Alves Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Miguel Jorge Sogaia. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Raimundo Nogueira Soares.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sra. Dra. Máisa Aparecida de Araújo Ruiz. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2625

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sra. Dra. Maria Lúcia F. Reichenbach. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Marcelo Bortolini.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2627

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Edvaldo José de Lima. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Sérgio Correa da Siqueira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2629

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Francisco Soares Dias Filho. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2630

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Luiz Fernando Belinetti.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2631

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Rogério Moreira Orrutea.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2632

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Almir Cizaurre Fusco.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2633

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Janderson C. Carvalho Iassaka.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2634

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, do Adolescente e da Criança, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando do mesmo a promoção de capacitação dos funcionários dos Institutos Médicos Legais, dos Hospitais e Postos de Saúde do Estado para atender o disposto na Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Referida capacitação se destina à adoção de protocolos para que esses atendimentos possam servir de prova nos processos em que se verifique violência doméstica e familiar contra a mulher.

O artigo 11 da Lei nº 11.340/06 dispõe que a autoridade policial, no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, deve “encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal”. Dessa forma, indispensável a capacitação dos profissionais que atenderão essas mulheres, para que as provas dos delitos não fiquem prejudicadas.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

O SR. BARBOSA NETO (PDT) **(Pela Ordem)**

Gostaríamos de registrar aqui as lideranças do município de Prudentópolis, que nos visitam nesta tarde. O companheiro Carlos Toledo e Dr. Eriton Augusto Popin, que abrilhantam a Sessão desta tarde, com as suas presenças na nossa galeria de honra.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Nós damos as boas-vindas aos ilustres visitantes. Também cumprimentar a professora Luzinete e os alunos do Colégio Estadual Santa Gema Galgani, de Curitiba, que nos visitam.

A nossa satisfação de recebê-los.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: Liderança do Governo e Liderança da Oposição.

**(Declinam).**

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Requerimento nº 2611, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 30 de novembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 121/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/06, que objetiva estabelecer normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela União. **(Publ. no DA nº 016/06, de 20/03/06, em Projetos de Lei)**

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Carlos Simões)**

**(Inicia a chamada nominal)**

**(Cancelada a chamada nominal, por solicitação do requerente, por haver número legal).**

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Está em votação o Item nº 01. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

## ***3ª Discussão***

### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a proibição, em todo o território do Estado do Paraná, da capina química nas áreas que relaciona. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CCDHCD, CDC e CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que institui o Sistema de Número Fechado para as Unidades Prisionais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 636/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que torna obrigatória a

construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de eletricidade de propriedade do Governo do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAICTM. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 240 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### 2ª Discussão

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/03, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Tadeu Veneri, que regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná (soberania popular). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 601/05. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre exame psiquiátrico em policiais civis e militares, que encontram-se na ativa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Milton Buabssi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a venda de rifas por alunos das escolas estaduais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quereria perguntar a V. Exa.: o Deputado Luiz Carlos Martins não está presente e, geralmente, quando o

Deputado não está presente não se vota o projeto. Gostaria de consultar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

**Retirado da pauta o Item 09.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a doar imóvel ao município de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/06, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, que altera o inciso XI, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (IPVA) COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 781/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jonel Chede. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/05, de 07/12/05, em Projetos de Lei).**

Como o autor também não está presente, está sendo **retirado** da pauta.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 781/05

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jonel Chede.

##### Fundamentação

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14/02/01, a respeito do título de cidadão honorário:

*Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade de natureza pública ou privada;*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*



*IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.*

No mérito, não há impedimento quanto ao regular seguimento do projeto, embora com emenda anexa.

#### **Conclusão.**

Assim, somos de parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 781/05.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 781/05

#### **P A R E C E R :**

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 781/05, passando a seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira.

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, que assegura o fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida a hotéis fazenda, sítios e pousadas. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20/02/06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 031/06

#### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O projeto ora em análise tem por objetivo a redução na tarifa de energia elétrica para as pousadas, hotéis fazendas ou sítios que desempenham atividades voltadas ao eco turismo e turismo de aventura.

#### **Legitimidade**

Na esteira, estabelece a Constituição Estadual do Paraná:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;*

Tendo-se em vista os dispositivos acima elencados, verifica-se não haver óbice quanto à legitimidade para legislar acerca da matéria.

#### **Conclusão**

Quanto à técnica legislativa, Lei Complementar nº 95/98, apresentou-se em perfeita sintonia.

Diante do exposto, o projeto apresenta-se em sintonia com a previsão constitucional.

Assim, o parecer é pela constitucionalidade do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

NELSON JUSTUS - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 031/06

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente plano de lei é de autoria do Deputado Elio Rusch, objetiva assegurar o fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida a hotéis fazendas, sítios e pousadas.

#### **Fundamentação**

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

#### **Conclusão**

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela, não encontra nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. O projeto em estudo objetiva dispensar aos estabelecimentos que exploram suas atividades na área de turismo rural, de aventura e ecoturismo, através de hotéis fazenda, sítios ou pousadas, o mesmo tratamento que é dispensado às propriedades rurais, ou seja, uma tarifa de energia elétrica reduzida, igual àquela aplicada à classe rural e suas subclasses.

De igual modo, deve-se observar que com a aprovação desta proposta, os proprietários dos estabelecimentos acima mencionados, poderão incrementar seus negócios de modo a proporcionar os turistas mais e melhores opções turísticas de lazer.

Diante do exposto, é o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

#### **ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Walter Pitol. **COM PARE-**

**CER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 075/06, de 26/06/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 369/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como objetivo conceder título de Cidadão Honorário ao Sr. Walter Pitol.

**Fundamentação**

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14/02/01:

*Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade de natureza pública ou privada;*

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito do Estado do Paraná.*

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Pertinente a tal matéria dispõe a Lei nº 14.677 de 2005:

*Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º, da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:*

*“§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 08 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.*

*§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.”*

De acordo com tal lei, o partido do nobre Deputado não ultrapassou o limite legal de apresentação de projetos de tal natureza, segundo estatística da própria Assembléia Legislativa, dos oito a que tem direito, deixando clara a legalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Desta forma, o parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Gostaria que o Deputado Elio Rusch encaminhasse o Projeto de Lei nº 369/06, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Walter Pitol.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Para Encaminhar**)

Estamos propondo o título de Cidadão Honorário para o Sr. Walter Pitol, um líder do agronegócio, agrônomo formado, Presidente da Cooperativa Copacol da cidade de Cafelândia, uma pessoa que tem revolucionado, sem sombra de dúvida, não só o sistema cooperativista, mas sim a industrialização do Estado do Paraná, trazendo para o nosso Estado e para a região oeste a agro-indústria. E cada indústria que nós abrimos no setor do agronegócio nós geramos rendas no campo e emprego na cidade, e a Copacol é conhecida hoje, não só nacionalmente, mas internacionalmente, através dos cortes nobres que fazem no seu frigorífico Copacol, e é uma carne reconhecida, como eu disse, tanto na Europa, como Ásia, em diversos países do nosso Universo.

Eu espero poder contar com o apoio dos ilustres Deputados que é uma homenagem, sem sombra de dúvidas, das mais justas que o Poder Legislativo pode prestar para um homem do nosso Estado.

Agradeço pelo voto SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Carlos Simões, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados. Os que forem favoráveis à concessão do Título, SIM; os contrários, NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Vinte e nove votos favoráveis. **Está aprovado em 1ª discussão.**

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que altera o item “c” do artigo 3º da Lei nº 15.119 de 2006 (Padrões de acesso às calçadas e vias públicas). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA nº 096/06, de 29.08.06, em Projetos de Lei)

Como também o autor não está presente, está saindo da pauta da Sessão de Hoje. **Retirado o projeto.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 447/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto em análise, tem por finalidade alterar o item “c” do artigo 3º da Lei nº 15.119/06, para que possa

alterar o desnível de inclinação de rampas e degraus, regulamentados pela lei supra citada.

#### **Legitimidade e legalidade**

O processo legislativo, respeitando-se a iniciativa da propositura, concentra-se em Leis Ordinárias e Complementares, e a alteração delas se dá mediante o mesmo ato que a criou, respeitando-se o quórum que votou, e a matéria observada.

Assim a Constituição Estadual assegura que:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Desse modo, a iniciativa para legislar a esse respeito também lhe garante a possibilidade, de por intermédio de outra lei alterar lei anterior, respeitando-se o quórum de votação e a iniciativa da propositura.

A correção de parte da norma existente constitui alteração legislativa, exigindo as mesmas condições para a criação da lei.

Ademais não há questionamentos quanto a competência estadual, legislativa, para dispor acerca da matéria em referência.

#### **Conclusão**

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que nosso voto é pela aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 447/06**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 447/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que tem por objetivo alterar a Lei nº 15.119/06, que dispõe sobre padrões de acesso às calçadas e vias públicas.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quando à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a alteração visada irá favorecer a acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais, em particular com condições de mobilidade reduzida e usuários de cadeiras de rodas.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 447/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### **ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Reserva, uma Ciretran. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 124/06, de 13.11.06, em Projeto de Lei)

Como o Deputado Antonio Anibelli não está presente também, mantendo o mesmo critério, **está retirado da Pauta.**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 523/06**

#### **P A R E C E R :**

#### **Constitucionalidade e legalidade**

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A Constituição da República dispõe dizendo:

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Nesse contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, lei de responsabilidade fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### **ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que cria a Superintendência Regional DER/PR do Sudoeste do Paraná, com sede em Pato Branco. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 124/06, de 13.11.06, em Projetos de Lei)

**Retirado da pauta, autor ausente.**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 524/06**

#### **P A R E C E R :**

#### **Constitucionalidade e legalidade**

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A Constituição da República dispõe dizendo:

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Nesse contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, lei de responsabilidade fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 2º parágrafo 1º da Lei nº 15.290 de 22 de setembro de 2006 - Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses (Refispar), e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 132/06, de 27.11.06, em Projetos de Lei)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 547/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem como escopo dilatar o prazo para adesão ao Refispar, que busca por sua vez a quitação de débitos em aberto referentes à dívidas junto ao Estado do Paraná.

##### Legitimidade

A análise ora em comento deve abordar de modo obrigatório a competência para legislar sobre o tema. Tem-se que o presente projeto trata de disposição legal acerca do parcelamento de débitos tributários em que postula como credor o Estado do Paraná.

Pois bem, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 53 é claro ao estabelecer que:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre*

*todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;*

*V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;*

Assim, denota-se de plano que a iniciativa da lei está obedecendo regra constitucional paranaense.

Calha neste momento relevar que o poder de criação da lei está diretamente unido ao poder de modificá-la. Ora, não seria possível um ente ter poder para criar a figura legal e a outro ser dado o condão de alterá-la.

Frente à isto, inexorável é a acepção de possibilidade de modificação do texto positivado por seu ente criador. Ademais, é regra na seara jurídica afirmar-se que “quem pode o mais, pode o menos”, qual seja, o legitimado para criar a lei poderia também revogá-la. Outrossim, pode também apenas modificá-la.

Indo além, mister ser pontuado o desiderato do projeto ora em comento, Busca este, pela dilação de prazo, maior adesão ao chamado Refispar, programa criado para que os débitos tributários concernentes ao ICMS sejam pagos, por via de parcelamento. Assim pode-se inferir que esta iniciativa de lei reforça a finalidade do Refispar, qual seja, a arrecadação no âmbito tributário estadual.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

##### Conclusão

Desta forma e em razão da constitucionalidade, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 547/06

#### P A R E C E R :

##### Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 2º, parágrafo 1º da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006 - Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses (Refispar) e adota outras providências.

##### Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal propositura objetiva aumentar o prazo para adesão ao Refispar, garantindo às empresas paranaenses maior chance de benefício com tal Programa.

**Conclusão**

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2610, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2612, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2614 a 2633, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2634, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 031 e 369/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 003, 310, 382, 428, 499, 502, 519, 521, 526 e 789/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 023 e 082/06.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Comissão Executiva****Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1014/06

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7580/06, de 18 de setembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a LUCIA GARCIA SANCHES VILELA, portadora do RG nº 868.736-6 e do CPF nº 478.236.409-10, viúva do ex-Deputado VALDERI MENDES VILELA, falecido em 19 de julho de 2006, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**Diretoria Geral****Portarias**

PORTARIA Nº 122/06

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8283, datado de 25 de outubro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, DIRCE CARVALHO SILVA, matrícula nº 40457, de trinta (30) dias, a partir de 24 de outubro de 2006, CID. F.33.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.11.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 123/06

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8517, datado de 01 de novembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ROSEMEIRE DA CONCEIÇÃO TULIO, matrícula nº 40844, de trinta (30) dias, a partir de 01 de novembro de 2006, CID. X.F32.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.11.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 125/06

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 8931, datado de 17 de novembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40019, de quinze (15) dias, a partir de 06 de novembro de 2006, CID. X. K-43.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.11.06.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 126/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8862, datado de 16 de novembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de cento e oitenta (180) dias, a partir de 03 de novembro de 2006, CID. 10 - F.31.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.11.06.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 127/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8645, datado de 07 de novembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

colocar, a disposição da Diretoria Administrativa deste Poder, a funcionária VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40019, a partir desta data.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.11.06.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 128/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8547, datado de 06 de novembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARLI BASTOS STALCHMIDT, matrícula nº 40241, de sessenta (60) dias, a partir de 03 de outubro de 2006, CID. F.33.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.11.06.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 129/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8643, datado de 07 de novembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, SUEZ NOGUEIRA matrícula nº 1959, de dez (10) dias, a partir de 21 de outubro de 2006, CID. X s 02.4 e s 02.8.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.11.06.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 130/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8865, datado de 16 de novembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar, a disposição no Tribunal de Justiça, da servidora deste Poder Legislativo, TEREZA CRISTINA A. CAMARGO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, matrícula nº 41012, até 31 de janeiro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.11.06.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

***Atas de Comissão***

***Especial de Inquérito - Fazendas Ocupadas no Oeste do Paraná***

COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata ducentésima sexagésima quinta (265º), aos dezesseis dias do mês de junho, sexta-feira do ano de dois mil e seis, reuniram-se às 17h50min na Sede da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP, sito a Rua Pernambuco, 1936, Centro de Cascavel para realização de reunião extraordinária promovida pela Comissão Especial de Inquérito da Assembléia Legislativa, presidida pelo Deputado Estadual Elio Rusch (PFL), Barbosa Neto (PDT), Reni Pereira (PSB) e Duílio Genari (PP), o Ministério Público na pessoa do Dr. Vanderlei Batista, juntamente com a Comissão esteve também presente na reunião, com o fito de apoiar o Sr. Prefeito de Santa Tereza do Oeste e Presidente da Amop Francisco Menin, estiveram também presentes Engenheiros Agrônomos, Advogados, Presidentes e Membros de Sindicatos e participação

de produtores de toda a região, inicialmente o Sr. Presidente da Amop abriu a sessão cumprimentou a todos os presentes, agradeceu a presença dos Deputados pela causa que estão lutando, logo foi dada a palavra ao Sr. Deputado Estadual Elio Rusch que cumprimentou a todos e de imediato apresentou os membros da Comissão Especial de Inquérito, destacou que seu objetivo maior nos dias 15/06/06 e 16/06/06 foi verificar a situação das fazendas invadidas e buscar subsídios para agilizar uma solução entre proprietários e manifestantes como os “Sem-Terra” e “Via Campesina”, outro motivo que os levaram a visita foi à incidência das altas taxas de multas que agricultores vêm sendo obrigados a pagar, em virtude de plantações de transgênicos em áreas proibidas, o Deputado explica também sobre as visitas nas quais a primeira fazenda visitada foi a Fazenda Kelli, que se encontra ocupada pelos manifestantes desde a data 07/09/05 por aproximadamente 80 famílias, a propriedade possui cerca de 380 alqueires, onde foram bem recebidos, entretanto, ocorreu o contrário na fazenda visitada em Cascavel, a denominada 4R, onde os Deputados não puderam adentrar, devido os manifestantes não tê-los recebidos cordialmente, a fazenda possui aproximadamente 400 alqueires e o acampamento dos manifestantes é denominado de 1º de agosto, depois visitaram a Fazenda Boito em Matelândia na qual foram bem recepcionados, Rusch diz que estiveram na Câmara de Vereadores e discutiram sobre os transgênicos e as invasões, que quando foram visitar a Empresa Seeds Syngenta, localizada na cidade de Santa Tereza do Oeste não puderam passar do portão, explicou ainda que o motivo dos manifestantes naquela área fosse porque a Empresa se encontra na área de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu abrangendo os 10 Km do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, o Deputado esclarece que o motivo pelo qual foram até a Syngenta seria por causa das denúncias recebidas de que os invasores estavam depredando vários dos projetos e estariam provocando danos ambientais, em seguida passou a palavra ao Sr. Presidente da AMOP Francisco Menin, disse que sentia-se privilegiado por estar fazendo parte como coordenador da Associação de Produtores Lindeiros do Parque Nacional do Iguaçu e do Lago de Itaipu A-Proli a qual tem motivos justos para invocar direitos em prol dos agricultores e objetiva se não a união das forças para manifestar as insatisfações de políticas discrepantes impostas pelo governo, disse também sobre os treze Municípios que compõem a associação, e do papel importante do Sr. Anacleto Perondi Presidente da A-Proli visto que, está divulgando, propagando informações quanto à transgenia, Sr. Francisco Menin salienta também que como Agente Público destaca que o Governador não está cumprindo sua função uma vez que foi enviado um ofício o qual tratou da invasão da Empresa Syngenta a qual trouxe vários empregos para a cidade e, no entanto, ao menos teve resposta de seu ofício, adiante passou a palavra ao Sr. Presidente da A-Proli. Anacleto Perondi onde primeiramente, apresentou o Vice-Presidente Sr. José Carlos Colombari de São Miguel do Iguaçu e agradeceu a pre-

sença e o apoio do Engenheiro Agrônomo e Genética o Sr. Ivo M. Carraro, logo depois realizou uma explanação por meio de data show e especificou o objetivo da A-Proli e sua finalidade para a região, Anacleto agradeceu a importância que os Deputados cederam à situação das invasões na região Oeste e a presença do Presidente da Amop que por sinal, vem acompanhando passo a passo nas reuniões, esclarece ainda que a problemática sobre os transgênicos não se encontra apenas na soja e sim, também quanto às áreas de ações ambientalistas para a conservação da biodiversidade, o Presidente do Sindicato entende que não adianta o Governo criar meios para financiar a agricultura uma vez que os agricultores se encontram impedidos de trabalharem devido às políticas do governo, entende também que o governo está restringindo as plantações e afirma que a biotecnologia já é fato consumado na sociedade, pois tem trazido lucros e minimizados prejuízos, consequentemente gera segurança aos produtores em relação aos benefícios da transgenia onde os remédios são evitados e a agricultura agradece evitando perda de safra relata no seu discurso as multas que os agricultores vêm sofrendo, e atualmente representa 1.000 hectares por quadrado em detrimento constata-se a pouca renda do agricultor devido à crise de períodos de estiagem e a falta de incentivo no campo, defende através da A-Proli melhores condições para os agricultores, disse que houve uma reunião no dia 17/03/06 na qual foi decidida que a Amop fosse coordenadora da criação da A-Proli e direcionou todo o projeto por meio do Sr. Irineu da Costa Rodrigues com o fito de mobilizar e esclarecer a sociedade sobre a criação da Associação e o verdadeiro impacto dos transgênicos, elucidando que na verdade as sementes geneticamente modificadas trazem vantagens ao agricultor uma vez que os impactos são menores, devido o plantio direto favorecer ao agricultor uma colheita segura evitando assim, os impactos ambientais, esclareceu também que a A-Proli é uma instituição séria, já constituída sua diretoria e que não aceita repressão do Governo quanto às iniciativas da associação, pois se encontra regida por meio de Estatuto e se encontra legítima para postular em nome dos agricultores, disse também que houve várias reuniões como no dia 10/04/06 em Matelândia que o ponto positivo foi a presença em massa da sociedade, depois em Medianeira, Serranópolis, Céu Azul, Vera Cruz do Oeste, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, que o produtor está apenas seguindo a lei quanto ao plano de manejo e mesmo assim está sendo penalizado por multas, Anacleto agradece a oportunidade que lhe foi dada e a reunião prossegue com a palavra o Dr. Jantino Ruchinski o qual disse que sua cliente é proprietária de uma fazenda em que sofreu invasões de manifestantes e que na atual conjuntura a sociedade deve ter ciência da lei que é imposta e que o produtor já não tem crédito no mercado, que já existem financiamentos para o campo, contudo, sem objetivo de ser uma vez que não se pode plantar mais, afirma que o Estado de Direito é para defender àquele que trabalha e garante o sustento de sua família, ou seja, é para defender as propri-

idades e seus respectivos proprietários, e a justiça se encontra omissa e que há prevaricação, pois sua cliente teve a fazenda invadida, logo acionou as autoridades competentes que nada fizeram no que tange a proteção de sua propriedade, entende que a justiça deixou de atingir o seu objetivo de proteção está compactuada com àquele que não trabalha, agradece a oportunidade e atenção que lhe foi dada, em seguida foi dada à palavra ao Sr. Presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson N. Paludo, entende que a discussão em torno de ser favorável ou não aos transgênicos não é o objetivo principal que envolve todos os problemas e sim, que haja a prevalência dos proprietários poderem plantar em suas propriedades o que costumemente sempre fizeram sem degradar a fauna e flora, afirma que há uma grande perseguição de órgãos como o Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, visto que taxam os agricultores de poluidores no que tange a captação de água e que os agricultores só estão trabalhando mediante ações postuladas na justiça, agradece pela oportunidade e faz um apelo aos Deputados da Comissão que estes façam algo para que os agricultores tenham uma maior segurança, em seguida o agricultor João Cunha, Membro da Sociedade Rural do Oeste do Paraná - SRO afirmou que os agricultores estão prestes a ir para a luta armada porque não estão suportando a situação que se encontram, e entende que tem responsabilidade sobre suas plantações e que não são obrigados a saberem de todas as leis e normativas do governo, que as invasões já estão no seu ápice e que são pessoas como ele que o cultivo atravessou tradições na família que estão sendo prejudicados, diz que o movimento social é importante, mas de forma ordeira sem anarquismo e que nenhum dos agricultores são contra a Reforma Agrária e nem deixam de pagar os seus impostos devidos tais invasões, esclarece que hoje as invasões estão apenas no campo que vai chegar num momento que virá para a cidade, aí não vai dar tempo de os governantes mudarem as políticas, solicita que o Ministério Público como representante da sociedade organizada e fiscal da lei seja mais atuante, em seguida o Deputado Barbosa Neto solicita a palavra e diz estar a favor de uma manifestação mais radical como mobilização dos agricultores em rodovias por meio de tratores visto que aqueles que eram para ser reverenciados estão subjugados, e afirma que com a atual política o governo está desrespeitando o “Celeiro do país”, em seguida passou a palavra ao Vice-Presidente da A-Proli Carlos Colombari de São Miguel do Iguaçu, e diz que o Governador por meio de suas intempéries quanto à transgenia só vem perdendo a confiança dos agricultores e, espaço logo, pergunta aos Deputados como será realizada a fiscalização no que se refere à rotulagem dos produtos que acusarem mais de 1% de transgenia, uma vez que a população ainda não tem conhecimento o suficiente da questão, e logo o Deputado Elio Rusch responde que a Assembleia Legislativa proibiu a plantação de sementes geneticamente modificadas, contudo o governo aprovou e depois o PFL entrou com uma ação e derrubou logo não gerando qualquer efeito, esclai-

rece Rusch, hoje, entretanto prevalece a lei federal sobre as demais e o governo irá fiscalizar diretamente no mercado por meio da identificação da letra “T”, e como ele preside uma Comissão subpartidária sobre o assunto não poderá emitir parecer pessoal e que o que prevalece é a lei, a qual deve ser cumprida no seu rigor, e tem grande preocupação quanto esta situação que está ocorrendo no Oeste do Paraná, em seguida passa a palavra ao Deputado Reni Pereira e esclarece que o Partido do PT não quis indicar alguém para participar da Comissão, e não poderão emitir parecer pessoal para que prevaleça a Justiça e deverá traduzir o relatório no final desta Comissão de forma que a verdade seja o principal intuito e sem nenhum tipo de clamor e, se não acontecer nada para que altere a atual conjuntura serão necessárias atitudes mais drásticas e solicitem que enviem comunicado ao Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente da presença da Comissão na região oeste e que fosse enviado um ofício também à Assembleia Legislativa não dar um entendimento de uma reunião restrita, diz também para os agricultores presentes para não criarem expectativas quanto às fazendas invadidas uma vez que constatou que o Estado Paralelo se encontra mais eficiente e organizado que o Poder Judiciário e mesmo entendendo que deve prevalecer o direito do cidadão que está conforme a lei que estes devem impedir a negligência do Estado em virtude de sua omissão, esclarecendo o que irá prevalecer no final do relatório é a verdade real dos fatos para que haja justiça, em seguida, o agricultor João Cunha disse que foram oferecidas áreas ao Incra para que pudesse fazer a Reforma Agrária, contudo o Incra não age conforme a própria lei de seu órgão, em seguida o Presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná - SRO Alessandro Meneghel disse que o Ministério Público deveria ser mais atuante e que o Estado está consoante as invasões uma vez que nada faz para evitá-las e que se for preciso irá partir para defesa mediante revolver, em seguida o Deputado Estadual Duílio Genari disse que acompanha as invasões desde Campo Bonito - PR e que algumas obtiveram sucesso e outras não, que a Comissão fará o relatório com o objetivo de minimizar as invasões de terra que será levado para todas as autoridades que possuem poder de polícia, logo foi dada a palavra ao Membro do Ministério Público Vanderlei Batista, primeiramente cumprimentou a todos em nome do Presidente da Comissão Sr. Elio Rusch que explicou que quando há posses tidas como ilegais o papel do promotor de justiça será de cumprir seu papel na sociedade como verdadeiro fiscal da lei, enfatiza que não tem nenhuma posição pré concebida contra ninguém, ele na verdade tem a obrigação é de minorar o conflito priorizando o verdadeiro Estado de Direito, e diz que ele não será aquele que resolverá o problema, no entanto cumprirá com seu dever de levar a situação adiante para que prevaleça a justiça, o fim social da propriedade e defesa do meio ambiente, entende que para solucionar um conflito deve haver entre as partes serenidade, com radicalismo não encontraremos solução almejada pelo governo e nem conseguiremos a tal sonhada



Reforma Agrária que está prevista desde o Estatuto da Terra de 1964, e afirma que por uma questão de justiça os mais prejudicados são os produtores, que mesmo com todas as denúncias que vem recebendo percebe-se que o produtor tem dado a devida atenção ao Meio Ambiente e a preservação da propriedade rural, disse também que ao visitar as fazendas encontrou desacertos de órgãos como o Incra que não tem estrutura suficiente, nos movimentos sociais, percebeu que os papéis se confundiram, ou seja, há desacertos na ideologia, mas não se pode desmerecê-los uma vez que, hoje há 300.000 hectares de terras devolutas e que o Incra não tem conhecimento documental destas áreas, daí surge à necessidade da Reforma Agrária e que só será resolvido com a união e cooperação de todos, disse que conversando com um delegado este último afirmou que para implementar um assentamento leva-se em torno de sete anos, e que o Ministério Público entende que o movimento social não vai esperar isto, entretanto, Vanderlei Batista entende que o arrendamento voluntário é a melhor saída, e afirma que o Ministério Público não se omitirá, em seguida passa a palavra para o Sr. Célio Calret da Silva, Ecologista, em que relata desde o tempo que morava em Cascavel, e disse sobre a situação da Bacia do Rio do Salto e dos assentamentos naquela área e o quanto houve degradação e que necessita de vistorias nestes assentamentos para evitar maiores depredações, observou ainda sobre os mananciais da região, e que a Sanepar já está se mobilizando para utilizar de alguns mananciais, Elio Rusch pergunta onde está localizado o Rio do Salto e Celso explica que está nas áreas da Fazenda 4 R onde se encontra o assentamento da Cravi, afirma que com a polarização de Cascavel daqui alguns anos não terá mais água para abastecer toda a cidade, em seguida o Engenheiro Ivo M. Carraro afirmou que é uma discrepância da lei, uma vez que defende manifestantes e diz defender também Meio Ambiente, em seguida a palavra é dada ao Deputado Elio Rusch que agradece a todos e disse que é através da Comissão Especial de Inquérito e por meio do relatório o qual será enviado ao Poder Legislativo que terá início para minimizar os conflitos na região oeste, agradece a presença de todos e enfatiza que vieram no feriado para apaziguar e mostrar que estão empenhados na causa de forma muito séria, em seguida, agradeceu e nada mais havendo a acrescentar eu lavro e encerro a seguinte ata, segue a minha assinatura e do Presidente e as demais assinaturas se encontram no livro de presenças.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial de Investigação de Fazendas Ocupadas no Oeste do Paraná, na sala de reuniões das comissões, às 13h00, sob a presidência do

Sr. Deputado Elio Rusch, mais as presenças dos Srs. Deputados: Barbosa Neto, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Reni Pereira e Miltinho Pupio. O Sr. Presidente procedeu à leitura da ata da 1ª reunião realizada na Sede da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – Amop, em Cascavel, a qual foi submetida à votação sendo a mesma aprovada. Dando continuidade, o Sr. Presidente iniciou a leitura dos requerimentos do relator, Sr. Deputado Barbosa Neto: 1) convite ao Superintendente Regional do Incra para prestar depoimento; 2) envio de ofício ao Sr. Secretário de Segurança do Estado, indagando sobre quais são os Planos de Ação para o cumprimento das sentenças judiciais de reintegração de posse das fazendas em investigação; 3) envio de ofício ao Governador do Estado, solicitando informações pelo não cumprimento das determinações judiciais de reintegração de posse das fazendas em questão; 4) convites aos representantes dos movimentos “Via Campesina, MST e MLST” para prestarem depoimentos; 5) convites aos proprietários, arrendatários ou representantes das fazendas, para prestarem depoimentos; 6) que seja determinada a formação de equipe para a digitalização de todos os documentos desta Comissão; 7) solicitação à Presidência desta Casa, do pagamento de gratificação por encargos especiais à equipe técnica, composta pelos seguintes servidores: Wilson Penka – Secretário Executivo, Jefferson Abade – Consultor Jurídico e Ceni Fitz Bregenski – Secretária Administrativa; 8) providências para o envio dos servidores Wilson Penka, secretário executivo da Comissão e o Consultor Jurídico Dr. Jefferson Abade, à região Oeste do Paraná, onde situam-se as fazendas ocupadas, pelo período de 10 (dez) dias, para levantamento de documentos necessários a conclusão dos trabalhos da CEI. Requerimentos estes submetidos à votação, os quais foram aprovados por unanimidade para envio de expedientes aos destinatários, com as alterações propostas e aprovadas, relativas aos seguintes itens, incluindo: 1) solicitação de informações dos registros das fazendas citadas no expediente que será enviado; 2) bem como das demais fazendas ocupadas no Estado, já com sentenças judiciais de reintegração de posse; 3) retirada da oitiva de representante do Movimento “MLST”. Aprovado, ainda o envio de ofício ao Governador do Estado, ressaltando, especificamente a situação irregular da ocupação da Fazenda Syngenta, por tratar-se de uma estação de pesquisa e não compatível para fins de reforma agrária. Lido também o requerimento já aprovado em plenário, prorrogando por 30 (trinta) dias e suspendendo o prazo prescricional durante o recesso parlamentar dos trabalhos. Ficando marcadas reuniões para os dias 08 e 09 de agosto do corrente, às 09h00 na sala de reuniões das comissões desta Casa, com as respectivas oitivas, de representante do Incra, representantes dos Movimentos “Via Campesina e MST” e, proprietários, arrendatários ou representantes das fazendas ocupadas objeto desta Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, determinando que eu, Wilson Penka, Secretário desta CEI, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada,

será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que siga seus efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial de Investigação de Fazendas Ocupadas no Oeste do Paraná, na sala de reuniões das comissões, às 10h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais as presenças dos Srs. Deputados: Barbosa Neto, José Maria Ferreira, Reni Pereira e Miltinho Pupio. Havendo número legal o Sr. Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e fez um breve relato acerca das ocupações das fazendas. Em seguida chamou o primeiro convidado, a identificar-se, que assim o fez, o Sr. Ademir Capelaro, engenheiro agrônomo e responsável pela área de pesquisa da Estação Experimental da empresa Syngenta Seeds Ltda, que fez uma breve explanação sobre a formação da empresa que desenvolve experimentos com sementes agrícolas, principalmente, milho e soja. Dando seqüência, o Sr. Presidente abriu espaço para os Parlamentares fazerem seus questionamentos sobre a atual situação da Estação Experimental, sendo o convidado auxiliado pelos representantes legais da empresa, advogados Dr. Antonio José L.C. Monteiro OAB/SP nº 70.574 e Dr. Beno Brandão OAB/PR nº 20.920, em momento oportuno, o Dr. René Ariel Dotti pediu permissão à Mesa, e requereu que fosse encaminhado expediente ao Sr. Procurador Geral do Estado. Na seqüência, foram convidados os Srs. Evalsonir Ruzza, administrador, Teunis Groenwold, arrendatário, e o representante legal Dr. Santino Ruchinski OAB/PR nº 26.606-A da Fazenda Kelly; que explanaram sobre a difícil situação em que se encontram a proprietária e os arrendatários, após a ocupação da propriedade por parte do MST, os deputados fizeram suas interpelações, encerrando-se o presente depoimento. Na oportunidade, foram chamados os proprietários da Fazenda Boito, Sr. Nilton Antonio Boito e Sra. Maria Lourdes Locks Boito, que relataram as dificuldades que enfrentam para ter suas terras de volta, os Deputados indagaram os convidados, concluindo assim, as oitivas da presente reunião. O Sr. Presidente informou a ausência do proprietário da Fazenda 4-R, ao mesmo tempo em que solicitou ao Relator Deputado Barbosa Neto que procedesse a leitura dos expedientes encaminhados pelo Chefe da Casa Civil e pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, registrando que os expedientes encaminhados foram os mesmos. Solicitando ainda, a leitura da ata da reunião anterior, o Sr. Deputado Barbosa Neto pediu a dispensa da leitura, sendo deferida pelo Sr. Presidente, que colocou em votação, sendo a mesma aprovada. O relator Deputado Barbosa

Neto apresenta requerimento a ser encaminhado ao Detran, solicitando a identificação de algumas placas e respectivos proprietários dos veículos. Colocado em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Os membros da Comissão definiram a pauta para a próxima semana, sendo para o dia 28, às 10h00, oitivas dos representantes do MST/Via Campesina e dia 29, às 14h00, o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e o Sr. Delegado que preside o Inquérito Policial referente à invasão da Estação Experimental da empresa Syngenta Seeds Ltda. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, Secretário da Comissão, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão Especial de Investigação de Fazendas Ocupadas no Oeste do Paraná, na sala de reuniões das comissões, às 10h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais as presenças dos Srs. Deputados: Barbosa Neto, José Maria Ferreira e Duílio Genari. Havendo número legal o Sr. Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informa que o Deputado José Maria Ferreira pede a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, sendo deferida pelo Sr. Presidente, que colocou em votação, sendo a mesma aprovada. O Sr. Presidente informa ainda, que foram convidados para a manhã de hoje representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e do Movimento Via Campesina para nos trazer os esclarecimentos necessários em relação à invasão das fazendas, objeto de investigação desta Comissão Especial, comunicando que a Comissão aguarda a confirmação para a reunião de amanhã, do Secretário de Estado da Segurança Pública e do delegado responsável pelo inquérito policial da Estação Experimental da Empresa Syngenta Seeds Ltda. O Presidente solicita a assessoria, que sejam convidados os representantes do Ibama e IAP para oitivas do dia 04/09 do corrente. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, Secretário da Comissão, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 135**

### **112ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

|                                 |           |
|---------------------------------|-----------|
| <b>Mesa Executiva.....</b>      | <b>20</b> |
| <b>Presenças.....</b>           | <b>20</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b> | <b>20</b> |
| <b>Expediente:</b>              |           |
| Requerimento .....              | 20        |
| <b>Ordem do Dia:</b>            |           |

#### Discussão/Votação

|                    |    |
|--------------------|----|
| 2ª Discussão ..... | 21 |
|--------------------|----|

|                    |    |
|--------------------|----|
| 1ª Discussão ..... | 21 |
|--------------------|----|

|                                 |    |
|---------------------------------|----|
| Discussão Única (Proposições) . | 26 |
|---------------------------------|----|

|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| <b>Encerramento da Sessão .....</b> | <b>27</b> |
|-------------------------------------|-----------|

#### **Publicações**

##### Atas de Comissões

|                                 |    |
|---------------------------------|----|
| CPI dos Grampos Telefônicos ... | 27 |
|---------------------------------|----|

|                                 |    |
|---------------------------------|----|
| Obras Públ., Transp. e Comun. . | 28 |
|---------------------------------|----|

|                        |    |
|------------------------|----|
| Tomada de Contas ..... | 29 |
|------------------------|----|

### **DIÁRIO Nº 135**

### **112ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2006**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Elio Rusch e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às quinze horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Natálio Stica, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró

Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (31).

Ausentes os Srs.s Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Ratinho Júnior e Waldir Leite (20).

Em viagem representativa os Srs. Deputados: Hermes Fonseca e Vanderlei Iensen (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária antecipada do dia 30 de novembro, conforme requerimento aprovado de autoria da Deputad Luciana Rafagnin.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Requerimentos***

#### **REQUERIMENTO Nº 2639**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 067/06, Projeto de Lei nº 550/06, de autoria do Poder Executivo, objetiva criar, na estrutura básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### **REQUERIMENTO Nº 2640**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 066/06, Projeto de Lei nº 546/06, de autoria do Poder Executivo, objetiva alterar dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (Lei nº 14.260/03) e aprova tabela de valores venais para cálculo do referido imposto referente a 2007.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### **REQUERIMENTO Nº 2636**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia da Proposição nº 023/06, item 13, Proposição 082/06, item 14, por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### **REQUERIMENTO Nº 2641**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### **REQUERIMENTO Nº 2638**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Lourenço, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### **REQUERIMENTO Nº 2637**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Aldo Barbosa e Cintia Barbosa, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## 2ª Discussão

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, que assegura o fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida a hotéis fazenda, sítios e pousadas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença dos nobres Vereadores de Maringá, Sr. Mário Hosokaura; Altamir dos Santos; o pessoal da Sema; meu sogro, o Sr. Kenji Ueta; e o Sr. Mitsuo Katsuyama.

Muito obrigado pelas suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas aos ilustres visitantes.

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Walter Pitol. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/06, que extingue na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração e cria na mesma corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/06, de 16/02/06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 003/06

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo a extinção na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração e criação na mesma corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar.

#### Constitucionalidade e Legalidade

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;*

*II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;*

*III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;*

*IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.*

Portanto, como a iniciativa é do Poder Executivo, tal projeto se encontra amparado na Constituição Estadual.

Porém, a criação desse novo Quadro na corporação da Polícia Militar implicaria no acréscimo de 07 (sete) integrantes ao efetivo. Isto necessita, em sede de projeto de lei, de acompanhamento de estimativa de impacto orçamentário financeiro, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.*

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

(...)

Uma vez não apresentando estudo de impacto orçamentário-financeiro e, tampouco, declaração do ordenador da despesa, padece o projeto de requisito fundamental para configuração de sua legalidade. A mera citação do gasto mensal da execução do projeto em tela não basta para a demonstração do impacto financeiro.

Diante do exposto, sugere-se que o projeto em questão seja enviado em diligências à Secretaria do Planejamento para a análise de sua viabilidade, tanto no tocante ao impacto econômico quanto à real possibilidade de implantação, tendo em vista a importância da matéria em tela.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, ressalvado quanto ao artigo 9º, que diz respeito à cláusula revogatória, devendo essa explicitar as disposições revogadas, o que ocorre no artigo 20 do projeto de lei em questão.

**Conclusão**

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação e regular tramitação, em virtude da adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal, e demais normas legais.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 003/06

P A R E C E R :

**Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/06, que objetiva extinguir na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração e cria na mesma corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar.

**Fundamentação**

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua com o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Observe-se ainda, que tal propositura apresenta o impacto financeiro, conforme cálculos feitos de R\$ 27.303,33 (vinte e sete mil trezentos e três reais e trinta e três centavos) mensais, pelo acréscimo de sete vagas ao efetivo da Polícia Militar do Paraná.

**Conclusão**

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao duto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, autoriza o Governo do Estado do Paraná a permutar imóveis urbanos do IAP, com o município de Cascavel e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/06, de 31/05/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 310/06

P A R E C E R :

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 310/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, autoriza o Governo do Estado do

Paraná a permutar imóveis urbanos do IAP, com o município de Cascavel e dá outras providências.

**Fundamentação**

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece condições para a doação e alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado em seu artigo 10, que assim dispõe:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

O projeto estabelece permuta de imóveis do IAP com imóveis do município de Cascavel e foi instruído com a avaliação dos bens, demonstrando a ausência de prejuízo ao erário.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente pela regular tramitação do projeto.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 310/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 310/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a permutar imóveis urbanos do IAP, com o município de Cascavel e dá outras providências.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta visa abrigar a futura sede do Instituto Ambiental do Paraná, e também por não gerar nenhum ônus a referida permuta.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 310/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 10.619, de 12 de dezembro de 1993, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos, com sede e foro na cidade de São Sebastião da Amoreira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 01/08/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 382/06

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projetode autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade alterar a Lei nº 10.619/93, em especial do artigo 1º da lei, para que, possa corrigir um erro material no nome da instituição beneficiaria da lei, passando a ser denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Sebastião de Amoreira.

**Legitimidade e Legalidade**

O processo legislativo, respeitando-se a iniciativa da propositura, concentra-se em Leis Ordinárias e Complementares, e a alteração delas se dá mediante o mesmo ato que a criou, respeitando-se o quórum que votou, e a matéria observada.

Nesse sentido, a alteração da Lei Estadual sob o nº 10.619/93, de autoria do Deputado Severino Felix Pessoa, ordinária, se verifica mediante nova lei ordinária, que legitimada estará para entrar em plena e saudável vigência no ordenamento jurídico que modificou.

Assim a Constituição Estadual assegura que:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Desse modo, a iniciativa para legislar a esse respeito também lhe garante a possibilidade, de por intermédio de outra lei alterar lei anterior, respeitando-se o quórum de votação e a iniciativa da propositura.

A correção de parte da norma existente constitui alteração legislativa, exigindo as mesmas condições para a criação da lei.

**Conclusão**

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/00, bem como a iniciativa da propositura.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 3º da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, que institui o Selo de Qualidade Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 089/06, de 21/08/06, em Projetos de Lei).**

**Retirado da pauta,** porque o autor não está presente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 428/06

**P A R E C E R :****Relatório**

O projeto de lei de iniciativa do ilustre Deputado Alexandre Curi, que propõe alterar o artigo 3º da Lei nº 14.940/05, que institui o Selo de Qualidade Paraná, a fim de incluir outros entes na prestação de serviços de certificação, bem como aumentar a exigência de experiência no ramo de atividade.

Especificamente a modificação proposta altera o verbo **deverá**, seguido do advérbio **obrigatoriamente**, para o verbo **poderá** (A entidade certificadora) **ser pertencente ao terceiro setor**, bem como aumenta de 02 (dois) para 05 (cinco) anos o período mínimo de credenciamento da entidade certificadora junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Governo Federal.

Na justificativa o autor informa que a modificação proposta possibilita a inclusão de outros entes na prestação de serviços de certificação, além de exigir mais experiência no ramo da parte da entidade certificadora.

**Voto do Relator e Fundamentação**

Propor alteração de lei estadual que não seja de iniciativa privativa de outro Poder é uma das prerrogativas do Parlamentar estadual, de modo que a presente proposta, sob o ângulo da iniciativa, não apresenta qualquer óbice, bem como é da competência desta Casa de Leis alterar as leis estaduais.

Também foram observadas as regras de elaboração e alteração de leis, regulado pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, atendendo assim a devida técnica legislativa.

Resta apenas um questionamento, que poderá ser analisado e respondido pelo proponente, posto que afeto a questão de mérito, a aparente contradição entre a justificativa e o texto da lei, pois se o objetivo é a inclusão de outros entes, e isto importar em credenciar **mais que um**, o artigo 1º da lei, e que não sofreu alteração, permaneceu com a redação de que **“Fica instituído o Selo de Qualidade Paraná, que será concedido por única entidade certificadora...”** A menos que a expressão na justificativa **“... o objetivo é a inclusão de outros entes...”** expresse a idéia de que a única entidade certificadora possa ter outra natureza jurídica, senão exclusivamente do terceiro setor.

### **Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 428/06, de iniciativa do Deputado Alexandre Curi, quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade, da iniciativa, que propõe alterar o artigo 3º, da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, a fim de facultar que a entidade certificadora do Selo de Qualidade Paraná deixa de ser obrigatoriamente do terceiro setor, bem como para ampliar o tempo mínimo desta entidade esteja credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de 02 (dois) para 05 (cinco) anos.

Sala das Comissões, em 23.03.04.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/06, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Japira, com sede no município de Japira e foro no município de Ibaiti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/06, de 16.10.06, em Projetos de Lei).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 499/06**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município de Japira, com sede no município de Japira e foro no município de Ibaiti.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 22.11.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Inês, com sede no município de Santa Inês, e foro na Comarca de Colorado, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/06, de 17.10.06, em Projetos de Lei).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 502/06**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Inês, com sede no município de Santa Inês, e foro na Comarca de Colorado, Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 22.11.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Vida de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 122/06, de 07.11.06, em Projetos de Lei).**

**Retirado da pauta, autor ausente.**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 519/06**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Vida de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 21.11.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade



Pública a Associação de Pequenos Agricultores Sete de Setembro, com sede em Porto Barreiro e foro em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 124/06, de 13.11.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 521/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores Sete de Setembro, com sede em Porto Barreiro e foro em Laranjeiras do Sul.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural Franciscana, com sede no município de São Miguel do Iguaçu e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 124/06, de 13.11.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 526/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Franciscana, com sede no município de São Miguel do Iguaçu e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 789/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 11.911/97, que assegura transporte gratuito em linhas de transporte intermunicipal, aos portadores de deficiência, quando estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou capacitação profissional. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 145/06, de 13.12.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 789/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, altera a redação da Lei nº 11.911/97, que assegura transporte gratuito em linhas de transporte intermunicipal, aos portadores de deficiência, quando estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou capacitação profissional.

É legítima tal proposição, pois o presente projeto visa incluir em lei estadual, os portadores da doença de Crohn como beneficiários, juntamente com os portadores de deficiência física, de deficiência nos órgãos sensoriais (visão e audição), e portadores de deficiência mental.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 22.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 789/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 789/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 11.911/97, que assegura transporte gratuito em linhas de transporte intermunicipal, aos portadores de deficiência, quando estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou capacitação profissional.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta visa ajudar as pessoas portadoras da Doença de Crohn, que não conseguem absorver nutrientes, causando sérias deficiências no organismo e em muitos casos a dor é constante.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 789/05.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

## ***Discussão Única (Proposições)***

### **ITEM 13**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 023/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 486/05, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 025/06

Curitiba, 08 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 456/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 486/05, por julgá-lo inconstitucional porque, tratando de matéria de iniciativa de processo legislativo privativa do Governador do Estado (atribuições de órgãos do Poder Executivo), fere o artigo 66, inciso IV, da mesma Constituição.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 486/05 encontra-se publicado no DA nº 147/05, de 13.12.05, em Redação Final).**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 023/06**

### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 486/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor acerca do limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública de ensino do Estado.

#### **Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comuni-*

*cará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos de parecer favorável ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

### **ITEM 14**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 082/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 007/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos sobre previdência social e privada. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 240/06

Curitiba, 29 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 244/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 007/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a obrigatoriedade do ensino de “previdência social e privada” no Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual, e que, os conteúdos respectivos devem incluir noções constitucionais sobre o tema e importância da poupança para garantir melhor qualidade de vida.

O projeto de lei em referência foi vetado tendo em vista análise feita pela Secretaria de Estado da Educação, cujo resultado demonstrou que a medida, tal como está posta e redigida, não atende aos superiores interesses do ensino. Segue, diante transcrito, trecho da referida análise da Secretaria de Estado da Educação, que me foi apresentada através do Ofício nº 1.928/06, daquela Pasta:

*Após análise da proposição em questão, comunicamos que esta Pasta é de parecer contrário à sua aprovação, considerando que os argumentos apresentados ferem a autonomia dos estabelecimentos e sistemas de ensino preconizados pela legislação educacional vigente no país.*

Esclarecemos que o texto do projeto de lei, tanto em seus artigos quanto em sua justificativa, restringem algumas concepções de Sociedade e Estado, sobretudo na vinculação de conceitos. Assim, entendemos que não há necessidade de criar disciplinas curriculares e/ou tornar obrigatório determinados conteúdos, mas, sim, incorporar

novas problemáticas e enfoques aos já existentes, transformando-os numa constante reflexão sobre os temas sociais emergentes, dentre os quais podem-se inserir conhecimentos relativos à previdência social e privada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 007/06 encontra-se publicado no DA nº 003/06, de 16.02.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 082/06

P A R E C E R :

**Histórico**

A Proposição nº 82/06, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 007/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos sobre previdência social e privada

O projeto de lei foi vetado sob o argumento de que este é contrário ao interesse público, considerando que os argumentos apresentados ferem a autonomia dos estabelecimentos e sistemas de ensino preconizados pela legislação educacional vigente no país.

**Fundamentação**

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre as referidas proposições, Requerimento nº 2636, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, com apoio da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão das Proposições nºs 023/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 486/05 e 082/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 007/06.

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2641, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2637 e 2638, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2639 e 2640, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Queremos anunciar a presença do Vereador de Guaíra, Douglas da Silva, a pedido do Deputado Elio Rusch. Nossas boas-vindas ao nosso ilustre Vereador.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só queria aqui registrar: nós fizemos ontem o encerramento festivo e esportivo do time da Assembléia e fizemos uma partida de futebol com os Vereadores da cidade de Guaratuba, oportunidade que nosso time perdeu por 1 a 0 e que teve o Deputado Nelson Justus e Ailton Araújo os grandes craques do jogo de ontem, além do Deputado Barbosa Neto.

Por isso registrar aqui a presença do nosso time da Assembléia e pedir àqueles Deputados que assinaram o papel e não foram que nós perdemos porque eles não foram como deveriam ter ido.

Muito obrigado.

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 726/05.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 547/03 e 245/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 789/05; 003, 310, 382, 499, 502, 519, 521, 526 e 547/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 318 e 781/05; 428, 447, 523 e 524/06.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:**

**Atas de Comissões**

**CPI Grampos Telefônicos**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS  
GRAMPOS TELEFÔNICOS

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às 16h30, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grampos Telefônicos, na Sala de Reuniões da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do Sr. Deputado Antonio Ani-

belli, mais a presença do Vice-Presidente Deputado Natálio Stica, do Relator Deputado Jocelito Canto e Deputado Duílio Genari. Dado início aos trabalhos o Presidente, agradeceu a presença de todos, em seguida passou-se a discussão dos trabalhos a serem executados pela CPI. Decidiu-se pela expedição de ofícios solicitando a documentação da CPI da Telefonia e da CPI da Sercomtel, para conhecimento desta CPI; foi decidido pela convocação do Dr. Dartanham Cadilhe Abilhoa e Dr. Paulo José Kessler, ambos da Promotoria de Investigações Criminais. A seguir decidiu-se pela convocação dos membros desta Comissão para nova reunião a ser realizada no dia 04 de dezembro do corrente ano, no Plenarinho desta Casa, após Sessão Plenária. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente  
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

### ***Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado André Vargas. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 338/06, de autoria do Deputado Nelson Justus Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 377/06 de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 480/06 de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e

Comunicação, sob a presidência do Deputado Miltinho Pupio. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 276/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 322/06 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 415/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 447/06 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 488/06 de autoria do Deputado Nereu Moura. Relatora Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 507/06 de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 509/06 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MILTINHO PUPIO - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência do Deputado Durval Amaral. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 335/06 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 364/06 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

**Tomadas de Contas**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e seis, às dez horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomadas de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua oitava Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados, membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 088/06. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli, Relator da Proposição nº 088/06, relativa à prestação de contas da verba de res-

sarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04, em seu artigo 14, referente ao mês de outubro de 2006. A matéria foi estudada com o devido empenho e atenção que lhe é exigida, do que demonstra o relatório e o movimento para atender despesas constantes da Proposição 088/06, e, como as contas apresentadas encontram-se corretas, o Relator decidiu pelo Parecer FAVORÁVEL, pois as mesmas atendem a regulamentação vigente. O Parecer foi APROVADO por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

